

HISTÓRIA SOCIAL DO CONHECIMENTO

Patrícia Fernanda Dorow
Maurílio Tiago Brüning Schmitt
Juliana Augusto Clementi
João Artur de Souza

Resumo:

O objetivo do presente artigo é pesquisar como as relações de gestão de si mesmo, poder e ética influíram nas mudanças na organização do conhecimento e no desenvolvimento humano na Europa no início da idade moderna. Para tal foi realizada uma pesquisa documental exploratória descritiva, fundamentando-se nas idéias de Burke (2003) em “Uma história social do conhecimento”. Por fim, é apresentada uma trajetória do conceito de conhecimento. Conclui-se que o interesse e a competitividade estiveram presentes desde as primeiras formas de organização, bem como o empenho de algumas organizações em dominar a vida de acordo com seus próprios interesses. O que confirma que a base do compartilhamento e cooperação no ambiente organizacional, no que se refere ao conhecimento, ainda necessita ser estimulada.

Palavras chave: Desenvolvimento humano, Gestão de si mesmo, Conhecimento.

1. Introdução

Atualmente quando analisamos a organização das coisas no mundo, seja na elaboração ou leitura da resenha de um livro, poucos se perguntam sobre essa prática. Como as pessoas lidavam com o poder entre os séculos XVI e XVIII? Quando aconteceu o interesse da Igreja e dos Estados em controlar as informações? Motivada por essas e outras questões esse artigo visa contrapor essas questões ao longo do texto analisando as mudanças na organização do saber, tendo como foco a Europa no início da idade moderna.

O artigo está baseado no livro “Uma História Social do Conhecimento:” de Gutenberg a Diderot de Perter Burke e se aproveita de conceitos utilizados por Foucault para entender como se originou o processo de controle do conhecimento.

O objetivo do artigo foi avaliar o que era considerado conhecimento sob a ótica de alguns pensadores entre o período do Iluminismo e Renascimento e como influenciou a organização do conhecimento e a gestão de si. Foi realizada uma pesquisa documental exploratória descritiva, norteada por pensadores que fazem parte das citações do livro referenciado.

O artigo inicia na seção 2, são apresentados os procedimentos metodológicos para a pesquisa. Na seção 3, são apresentados os conceitos de arqueologia, genealogia e governabilidade utilizados nas obras de Foucault, que posteriormente, serão utilizados para analisar como o conhecimento foi organizado e sistematizado.

Na seção 4, discutimos os tipos de conhecimentos e como era definido o que era ou não por conhecimento. Fala sobre as mudanças na segunda geração da sociologia do conhecimento, bem como o surgimento da imprensa e suas conseqüências. A seção 4.1, fala sobre a organização do conhecimento em bibliotecas, enciclopédias, entre outros. Na seção 5 discorre sobre os intelectuais, quem eram os intelectuais e qual a posição da mulher nessa sociedade.

A seção 6 define o poder na perspectiva foucaultiana e analisa como as relações de poder podem ser visualizadas nas organizações. Finalmente na 7 seção são apresentados os resultados da trajetória do conhecimento e as considerações finais.

2. Metodologia

Para alcançar o objetivo proposto de analisar como as formas de gestão de si realizadas entre o período do Iluminismo e Renascimento influenciaram a organização do conhecimento utiliza-se a metodologia a seguir. A metodologia utilizada no presente estudo compreende três partes: a) levantamento dos perfis encontrados nos pesquisadores presentes no livro “Uma História Social do Conhecimento”; b) levantamento das formulações mais recentes de Foucault , segundo algumas variáveis; c) análise dos indícios encontrados em a) e b) com a finalidade de propiciar a visão do campo de conhecimento. Realizou-se uma pesquisa documental exploratória descritiva, sua abordagem é predominantemente qualitativa, pois busca entender o conhecimento da realidade, segundo a ótica de pensadores-chave para o tema.

Os elementos extraídos de ambas as fontes foram considerados neste trabalho como indícios, pistas, ou, como denominou Ginzburg (2003), os fios que compõem um tapete formado de uma trama densa e significativa. O tapete seria o paradigma da área encontrado que, conforme o contexto indiciário pode ser denominado semiótico ou divinatório. O investigador divide com os membros da comunidade o papel de tecelão ao tentar, a partir dos indícios, tecer informações, praticando uma interpretação que encontra maior significado se calcada em um determinado contexto histórico.

A adoção da abordagem indiciária a partir da análise de citações, neste artigo, respalda-se em seu objetivo mais amplo de detectar na literatura citada elementos significativos como indícios importantes para a constituição, a história e o estado de conhecimento no período compreendido entre a invenção da prensa tipográfica até a criação da primeira enciclopédia. No âmbito histórico, a análise de pensamentos e o perfil de pensadores podem auxiliar na caracterização do conhecimento e no entendimento de como sua classificação influencia a gestão do conhecimento na sociedade contemporânea, bem como no levantamento de possíveis indicadores de novos rumos para futuros estudos.

3. Arqueologia, Genealogia e Governabilidade

A maneira como o conhecimento foi organizado, agrupado, estocado e protegido segundo Foucault (1972) sempre esteve ligado ao poder das pessoas na época, o autor ainda, criou todo um vocabulário específico para discutir a relação entre conhecimento e poder em diferentes níveis, desde o micronível da família até o macronível do Estado, e também para analisar os vários espaços ou lugares do conhecimento – clínicas, escolas etc.

O primeiro conceito, Foucault (1996) chama de arqueologia, analisa o saber na orientação dos comportamentos, das lutas, das batalhas, das decisões e das táticas. O segundo seria a análise genealógica de Foucault (1993), que narra o funcionamento de uma série de dispositivos disciplinares nas sociedades modernas (poder). E por fim o conceito de governabilidade (ética) seria o encontro entre práticas de dominação exercidas sobre os outros e as práticas de si (FOUCAULT, 1990). Para ele, a governabilidade dos outros é criadora de subjetividade, no sentido de que dá forma à ação por meio do qual o sujeito experimenta a si mesmo. Assim, como campo de possibilidades de ação, as ligações de poder nas instituições atuam no plano da

indeterminação, da construção dos possíveis. A racionalidade do governo está na escolha de ações entre as várias disponíveis.

4 . Conhecimento

Burke (2003) aponta o que a modernidade entendia na época por conhecimento, cita o conhecimento da magia, da bruxaria, dos anjos e dos demônios. Os caminhos escolhidos em relação do que era considerado conhecimento era definido de acordo com o conhecimento que as pessoas detinham na época e isso refletia na imperfeição das informações, o que eu não conheço não é conhecimento, essa governabilidade exercida, principalmente pela elite européia e por membros do clero com insatisfação a uma determinada refletia-se na invenção de um novo paradigma que passa a ser visto como ciência normal até que outra geração de pesquisadores por sua vez não se satisfaça com esse conhecimento convencional.

Pierre Bourdieu (1972) tentando demonstrar o poder que alguns membros da sociedade detinham, realizou uma série de estudos sobre prática teórica, capital cultural e o poder de instituições como as universidades para definir o que conta e o que não conta como conhecimento legítimo. O mundo social, para Bourdieu, deve ser compreendido à luz de três conceitos fundamentais: campo, habitus e capital. Onde campo representa um espaço simbólico, no qual lutas dos agentes determinam, validam, legitimam representações, já o conceito de habitus tinha por objetivo, destruir à antinomia indivíduo/sociedade dentro da sociologia estruturalista, por fim o capital seria o que discute a quantidade de acúmulo de forças dos agentes em suas posições no campo. Essa relação cambiante entre as esferas econômica, política e intelectual gerava um sistema de produção, coerção e cognição como aponta Jack Goody (1978) em seus estudos.

Na segunda geração da sociologia do conhecimento, a ênfase passou da aquisição e transmissão para sua construção, produção ou mesmo manufatura, mudança que faz parte de uma inclinação pós-estruturalista ou pós-moderna na sociologia em outras disciplinas. Segundo Burke (2003), os detentores do conhecimento passam a ser vistos como um grupo maior e mais variado.

Surge um maior interesse pela microsociologia, pela vida intelectual cotidiana de pequenos grupos, círculos, redes ou comunidades epistemológicas, que constroem conhecimento e o conduz sua difusão por certos canais (PORTER, 1993). Seguindo os passos de Foucault (1961), essas comunidades epistemológicas são frequentemente estudadas nos microespaços em que operam de laboratórios a bibliotecas.

Quando a escola alemã de sociologia afirmava que o conhecimento era socialmente situado, pensava-se acima de tudo na classe social, embora Mannheim (1952) também levasse em conta as gerações. Já na segunda geração da sociologia do conhecimento dedica-se maior atenção ao gênero e a geografia. Cunhado originalmente por Belenky *et al* (1986), o conceito de conhecimento conectado se tornou um tema central na epistemologia feminista. Para ele as feministas afirmam que o gênero ajuda a constituir a experiência, de modo que há modos femininos de conhecer. Geógrafos passam a interessar-se pela distribuição espacial do conhecimento e o fato de que ele deixava de ser distribuído e permanecia restrito a certos grupos em certos lugares.

Com o surgimento da imprensa Burke (2003), nos diz que a importância do novo meio não se limitou a difusão mais ampla do conhecimento e à publicidade de conhecimentos relativamente privados ou mesmo secretos. Mas também trouxe como consequência, a facilidade, a interação e a padronização entre diferentes conhecimentos, ao permitir que pessoas em lugares

diferentes lessem os mesmos textos ou examinassem imagens idênticas. Também estimulou o ceticismo, ao permitir que a mesma pessoa comparasse e contrastasse explicações alternativas e incompatíveis do mesmo fenômeno ou evento (EISENSTEIN, 1979).

Com invenção da imprensa e a revolução científica se seguiu uma explosão de conhecimento. Porém, essa acumulação de conhecimentos, criava novos problemas ao mesmo tempo em que resolviam outros. Surge a necessidade de se distinguir conhecimentos por suas funções e usos. Georges Gurvitch (1966), por exemplo, distinguia sete tipos de conhecimento: perceptivo, social, cotidiano, técnico, político, científico e filosófico. Com tantos tipos de conhecimentos era difícil distinguir entre em que tipos de conhecimento acreditar, já que havia muitos relatos do mesmo fenômeno. Segundo Bacon (1889), o conhecimento não pode se separar da natureza, e que sem ela a investigação da filosofia e da ciência se tornaria inócua, porque a natureza é o fundamento para o conhecimento. Para ele, não se deve seguir nem a formiga empírica, coletando dados de modo aleatório, nem a aranha escolástica, armando uma teia a partir de si mesma, mas sim a abelha, que tanto coleta dados quanto digere.

4.1 Organização do conhecimento

Como destaca Burke (2003), o próprio Bacon, em seu tempo, já avaliava que “*nos costumes e instituições de escolas acadêmicas, colégios e corpos semelhantes, destinados a abrigar homens de saber e ao cultivo do conhecimento, tudo parece adverso ao progresso do conhecimento*”. Tamanha contradição acompanhou o surgimento das cidades e universidades e, até hoje, não foi superada.

A crescente divisão social e internacional do trabalho tem tido forte influência na demanda e proliferação dos serviços de informação nas cidades, tanto quanto na forma como a instituição universitária se desenvolve, especialmente a partir do século XX, quando muitas cidades de expressão mundial se transformaram em metrópoles com alto grau de complexidade, que impõem padrões de comportamento e estilos de vida a toda sociedade.

Como o trabalho, a cidade ou a universidade, as categorias do pensamento humano não se fixam, mas se multiplicam de formas variadas, gerando a necessidade de desenvolvimento de sistemas de tratamento voltados à crescente avalanche de informações que também colocam em novo patamar de complexidade, o conhecimento socialmente produzido. Passam então a ser criados prédios para estocar a crescente demanda de informações.

Currículos de Universidade, Bibliotecas e Enciclopédias, são colocados como “tripé intelectual” ou subsistemas do sistema de conhecimento. O currículo era organizado de forma que o primeiro grau era bacharelado e as artes em que o estudante se tornava bacharel eram as sete artes liberais, divididas em duas partes, o *trivium* (gramática, lógica e retórica), e o *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música) (BURKE, 2003). Posteriormente o estudante poderia escolher entre os cursos superiores de teologia, direito e medicina.

A ordem dos livros, como era de se esperar, reproduzia a ordem dos currículos e também sustentava esse sistema de classificação, como ainda o faz, tornando-o material físico e espacial. Bibliotecas que sobreviveram nos permitem estudar a arqueologia do conhecimento conforme Foucault, examinando os vestígios físicos de antigos sistemas de classificação. As enciclopédias

seguindo as modificações dos currículos e das bibliotecas, também inovaram e adotaram a alfabetação como forma de classificação (BURKE, 2003).

Burke (2003) aponta que currículos, bibliotecas, enciclopédias e disciplina têm se desenvolvido num sistema etimológica e historicamente ligado ao autocontrole do conhecimento, o que traz consigo a discussão da autonomia dos indivíduos em relação ao acesso ao conhecimento socialmente relevante. Chama atenção ainda para o fato de que a denominada sociedade do conhecimento ou sociedade da informação ou economia do conhecimento ou economia da informação, conforme categoria acadêmica que a aborde, é eminentemente marcada pela expansão de ocupações produtoras ou disseminadoras do conhecimento, tornado “*uma questão política importante, centrada no caráter público ou privado da informação e de sua natureza mercantil ou social*” (BURKE, 2003 p. 12). Entretanto o autor adverte sobre a necessidade de se levar em conta o processo histórico de desenvolvimento desse conceito, relevando toda a sua complexidade no âmbito das relações humanas.

5. Os letrados europeus

Para Burke (2003), uma visão comum sobre os intelectuais de hoje é que eles são descendentes da intelligentsia radical do século XIX, que são descendentes dos philosophes do Iluminismo, que são uma versão secular do clero protestante ou dos humanistas do Renascimento. Essa visão é excessivamente voltada para o presente no sentido de perscrutar o passado em busca de pessoas mais ou menos semelhantes a nós mesmos. Foucault, não foi a primeira pessoa a enxergar o presentismo e a continuidade como problemáticos, mas continua sendo o crítico mais radical desses pressupostos comuns.

Já as mulheres, como observa Poulain de La Barre em seu tratado: *A igualdade dos dois sexos* (1673) estavam mais ou menos excluídas da busca do saber. Existiam algumas mulheres de letras ou damas instruídas, embora a expressão *bluestocking* (literata) não tenha sido cunhada até o final do século XVIII. Entre as mais famosas podemos citar: Christine de Pisan, Marie Le Jars de Gournay e Anne Marie Schuurman.

Segundo Burke (2003), após a visibilidade dos letrados europeus fora dos mosteiros e com o desenvolvimento das universidades houve uma crescente divisão do trabalho associada ao surgimento das cidades. Algumas profissões como direito e medicina, eram vistas como seculares cultas, pois tinham lugar assegurado dentro da universidade medieval e com status no mundo fora dela (BOUWSMA, 1973). Eram grupos corporativos, às vezes organizados em colégios (como o Colégio dos Médicos de Londres, fundado em 1518), empenhados em manter o monopólio do conhecimento e da prática contra competidores não especiais. Até hoje, podemos visualizar o status dessas profissões devido às marcas do passado.

Na Idade Média, porém, a maioria dos professores e alunos das universidades era constituída por membros do clero, muitas vezes membros de ordens religiosas, principalmente dominicanos, que contavam com o mais famoso dos professores medievais, Tomás de Aquino. Esses letrados tiveram suas oportunidades de carreiras ampliadas com a invenção da prensa tipográfica, se tornou mais fácil, embora ainda fosse difícil seguir essa carreira (SCHOTTENLOHER, 1935). Os letrados começam a ter empregos assalariados, fazendo

traduções, corrigindo provas e até mesmo se tornando empregados do governo com a tarefa de organizar as informações.

6. Conhecimento e poder

Segundo Foucault (1980), “o conhecimento é neutro e isento de tendenciosidade”. Para ele:

[...] O exercício do poder em si mesmo cria e faz emergir novos objetos do conhecimento e acumula novos corpos de informação, o exercício do poder perpetuamente cria conhecimento e, por outro lado, o conhecimento constantemente induz efeitos do poder (...) não é possível para o poder ser exercido sem conhecimento, é impossível ao conhecimento deixar de gerar poder (Foucault, 1979).

Esse pensamento reforça a idéia de que o poder não é negativo, mas positivo porque produz verdade e conhecimento, bem como também é consistente com o poder diluído na estrutura social, já que quem tem conhecimento tem poder. Podemos visualizar muito bem essa análise quando nos voltamos para certas organizações como a igreja e o Estado, que se utilizavam de técnicas específicas tanto para coleta, armazenamento, recuperação e supressão de suas informações como para evitar que essas fosse disseminadas, como por exemplo, a censura.

Existiam não só semelhanças e diferenças, mas também interação seja na forma de competição ou apropriação entre Estados, regiões, ou campos de interesses. BURKE (2003) destaca dois exemplos de interação nesse período: a troca de técnicas de coleta de informação entre Igrejas e Estados e a que tem lugar entre periferias e centros. Pode se dizer que, nesses aspectos, tenha sido muitas vezes, mas nem sempre o Estado que aprendeu com a Igreja. Pode-se dizer que a primeira burocracia européia não foi secular, mas sim eclesiástica.

Os Estados podem ser considerados como sociedades da informação, já que a geração do poder de Estado pressupõe a reprodução monitorada do sistema de coleta, armazenamento e controle regular da informação aplicada a fins administrativos. Essa acumulação de informações era tanto uma forma de reação quanto de auto-estímulo ao desejo crescente dos governantes de controlar as vidas do povo em geral, fosse para aumentar os impostos, alistá-lo no exército ou alimentá-lo em tempos de fome. Porém, segundo Boulding (1966) quanto maior a organização, maior o perigo de que a informação obtida não chegue à cúpula, em outras palavras, os historiadores, como os governos, precisam ocupar-se do que pode ser chamado de mobilização da informação.

Nesse sentido, governar é dirigir condutas próprias e/ou de outros, em jogos estratégicos de poder e liberdade, podemos identificar as instituições e o modo como estas guiam indivíduos e grupos, ligados por diferentes relações de poder e articulam a área possível de atividade dos outros. Foucault (2004) sugere que a constituição da experiência de si, a subjetivação se dá no ponto de articulação entre as técnicas de governo dos outros e as técnicas de governo de si, podendo a análise privilegiar um ou outro desses conjuntos estratégicos. Em dispositivos nos quais as práticas de liberdade são mais estritas, o governo dos outros tende a ser o elemento forte

da investigação. Por outro lado, naqueles em que as correlações de força são mais instáveis, é o governo de si o foco mais importante.

Entretanto, Foucault (1999) afirma ter encontrado dificuldades para investigar as técnicas de governo de si, pelo fato de tais práticas ainda não terem sido isoladas e construídas como objeto de análise e por ser difícil distingui-las em nossas experiências espontâneas. Foucault (1997, p. 109) denomina técnicas de si "[...] os procedimentos, que, sem dúvida, existem em toda civilização, pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si". Dito de outra forma, essas técnicas consistem em conjuntos de práticas, por meio das quais um sujeito toma a si próprio como objeto de saber e de poder, visando aceder a certas modalidades de relação consigo, que lhe parecem mais aperfeiçoadas.

7. Resultados

O conceito de conhecimento foi relatado de acordo com os pressupostos dos pensadores em sua determinada época histórica. Esses conceitos foram comparados com conceitos atuais de escritores modernos e estão apresentados a seguir.

<i>Autor/Ano</i>	Definição de conhecimento
John Locke 1689	Conhecimento é a percepção da concordância ou discordância de duas ideias.
Fritz Machlup 1962	Conhecimento prático intelectual passado espiritual/religioso indesejável.
Michael Polany 1964	Conhecimento tácito (sabemos mais do que podemos expressar). Conhecimento tácito não pode ser reproduzido ou armazenado em uma base.
Marshal McLuhan 1964 e 1988	Surgimento de uma nova sociedade caracterizada por sua conectividade e pelas redes.
Peter Drucker 1964 e 1993	Conhecimento é central, recurso fundamental que não conhece geografia. Sociedade do conhecimento e Trabalhador do conhecimento.
Georges Gurvitch 1966	Distinguiu sete tipos de conhecimento: perceptivo, social, cotidiano, técnico, político, científico e filosófico.
Bourdieu 1972	Conhecimento deve ser compreendido à luz de três conceitos fundamentais: campo, habitus e capital.

Bacon 1972	Conhecimento não pode se separar da natureza, e que sem ela a investigação da filosofia e da ciência se tornaria inócua, porque a natureza é o fundamento para o conhecimento.
Foucault 1980	Conhecimento corresponde à constituição de discursos sobre classes de objetos julgados cognoscíveis, sempre esteve ligado ao poder das pessoas na época.
Belenky 1986	Conhecimento seria conectado e se tornou um tema central na epistemologia, de modo que há modos femininos de conhecer.
Burke 2003	Conhecimento era definido de acordo com o conhecimento que as pessoas detinham na época e isso refletia na imperfeição das informações.

QUADRO 1- Trajetória do conceito de conhecimento desde sua percepção a fator de transformação em nossa sociedade. Fonte: Elaborado pelos autores, retirado de Burke (2003).

Mesmo diante de tantas opiniões observadas no quadro acima, constata-se que não há uma resposta infalível que demonstre o que é conhecimento. O que percebe-se é a existência de várias espécies de conhecimento e por um longo período as elites manipulavam as pessoas no sentido de transmitir somente aquilo que não traria problemas futuros para essa classe. O conhecimento era visto como uma forma de poder diagnosticar nossa sociedade contemporânea observa-se que essa herança do passado ainda vigora. Porém, com uma incontrolável evolução de meios tecnológicos que propiciam a transferência instantânea de informações, através do mundo virtual, é impossível controlar a disseminação deste bem intangível.

8. Considerações finais

Conclui-se que a religião e a ciência não são instrumentos para se atingir a verdade absoluta, pois estão sujeitas a erros por serem feitas por seres humanos, muito embora possam existir posturas dogmáticas, impositivas ou intolerantes, tanto acerca da religião quanto da ciência. A visão das pessoas sobre as relações entre ciência e religião muda ao longo da história e envolve uma gama muito grande e complexa de aspectos, como políticos, sociais, econômicos e aqueles que envolvem as relações de autoridade e poder, visões epistemológicas das épocas, forma das práticas científicas em cada época, relação ciência e sociedade, choques entre culturas distintas, etc.

A Igreja concentrava-se em si mesma a autoridade e monopólio do conhecimento e pode ser considerada a primeira forma de burocracia, quanto maior fosse a diversidade de conhecimentos maior era seu interesse em controlar seu rebanho. Posturas dogmáticas e intolerantes surgem da busca de ter status, autoridade sobre o outro, para fins de exercício de poder e domínio sobre os outros, ligados a auto-exaltação e orgulho humano.

Por fim fica evidente que existem várias opiniões acerca do que é conhecimento, mas é indiscutível que as novas tecnologias possibilitam que todos, independente de classe social tenham acesso a essa nova riqueza que é combustível para o desenvolvimento social. Podemos observar que o individualismo e a competitividade estiveram presentes nas primeiras formas de organização e já no início da era moderna as organizações tentam dominar a vida de acordo com seus interesses próprios.

Referência Bibliográficas

BACON, Francis. *The works of Francis Bacon*. **London: Longmans & Co**, 1889.

BELENKY, M.F., et al. **Women's Ways of Knowing**, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Outlines of a Theory of Practice**, trad. ingl., Cambridge. 1972.

BOUWSMA, W.J. **Lawyers and early Modern culture**, reimp. A Usable Past. 1973.

BURKE, P. **Uma história Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

EISENSTEIN, E. **The Printing Press as na Agent of Change**, 2 vols. Cambridge. 1979.

FOUCAULT, M. (1997). **Subjetividade e verdade**. In: M. Foucault, *Resumo dos cursos do Collège de France* (pp. 107-116). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FOUCAULT, M. (1999). **Las técnicas de sí**. In: Á. Gabilondo (Ed.), *Estética, ética y hermenéutica* (pp. 443-474). Barcelona: Paidós.

FOUCAULT, M. (2004). Foucault. In: M. B. Motta (Ed.), **Ética, sexualidade, política** (pp. 234-239). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Histoire de la folie à l'âge classique**. 2 éd.. Paris, Gallimard. 1972

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, M. **Naissance de La clinique**, 1961.

GOODY, J. **The domestication of the Savage Mind**. Cambridge. 1978.

GURVITCH, G. **The social Frameworks of Knowledge**, trad. Ingl., Oxford, 1969.

MANNHEIM, K. **The problem of generations, em seus Essays on the Sociology of Knowledge**, 1952.

POTTER, E. **Gender and epistemic negotiation, in Alcoff e Potter**, 1993. a Press.